

SUMÁRIO

Polícia Federal
Assistente Social – Classe A, Padrão I

LÍNGUA PORTUGUESA

Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	1
Emprego dos sinais de pontuação	4
Concordância verbal e nominal	8
Emprego/correlação de tempos e modos verbais	14
Emprego do sinal indicativo de crase	18
Compreensão e interpretação de textos	22
Tipologia textual	23
Domínio da ortografia oficial; emprego da acentuação gráfica	27
Emprego das classes de palavras.....	29
Colocação dos pronomes átonos	41
Domínio dos mecanismos de coesão textual	43
Função textual dos vocábulos	44
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual	55
Domínio da estrutura morfosintática do período.....	57
Regência nominal e verbal	60
Correspondência oficial (conforme manual de redação da presidência da república)...	63
Adequação da linguagem ao tipo de documento; adequação do formato do texto ao gênero	63
Questões	64
Gabarito	69

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan.....	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	6
Diagramas lógicos	10
Lógica de primeira ordem.....	14
Princípios de contagem e probabilidade	16
Operações com conjuntos.....	22
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	29
Questões	33
Gabarito	43

SUMÁRIO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral.....	1
Ética, princípios e valores.....	4
Ética e democracia. Exercício da cidadania.....	5
Ética e função pública	6
Código de ética profissional do serviço público (decreto nº 1.171/1994).....	10
Lei nº 8.112/1990 E alterações (regime jurídico dos servidores públicos civis da união): regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades).....	14
Lei nº 8.429/1992 (Lei de improbidade administrativa)	59
Lei de conflito de interesses – Ici (lei nº 12.813/2013)	74
Questões	77
Gabarito.....	81

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional (ambiente windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente microsoft office).....	21
Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet. Programas de navegação (microsoft edge, mozilla firefox, google chrome e similares). Sítios de busca e pesquisa na internet	66
Redes sociais	72
Computação na nuvem (cloud computing)	75
Segurança da informação: procedimentos de segurança	78
Noções de malware. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.)	81
Procedimentos de backup	86
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	87
Questões	89
Gabarito.....	95

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da república federativa do brasil de 1988. Princípios fundamentais	1
Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas	2
Direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos	5
Organização político-administrativa do estado, estado federal brasileiro, união, estados, distrito federal, municípios e territórios	23

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Administração pública, disposições gerais, servidores públicos	37
Poder executivo, atribuições e responsabilidades do presidente da república	48
Poder legislativo, estrutura, funcionamento e atribuições	54
Poder judiciário, disposições gerais, órgãos do poder judiciário, organização e competências; conselho nacional de justiça	71
Constituição da república federativa do brasil de 1988: capítulo iii segurança pública: artigo 144	92
Questões	93
Gabarito	98

DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; administração direta e indireta; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	1
Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies	7
Agentes públicos: legislação pertinente; lei nº 8.112/1990 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da união): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição	28
Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso do poder	92
Controle da administração pública: controle exercido pela administração pública; controle judicial; controle legislativo	102
Responsabilidade civil do estado: responsabilidade civil do estado no direito brasileiro; responsabilidade por ato comissivo do estado; responsabilidade por omissão do estado; requisitos para a demonstração da responsabilidade do estado; causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do estado	111
Regime jurídico-administrativo: conceito; princípios expressos e implícitos da administração pública	118
Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação)	134
Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados)	146
Decreto nº 9.830/2019 (Regulamenta motivação de decisão)	169
Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo federal)	175
Questões	186
Gabarito	191

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Formulação de projeto de intervenção profissional.....	1
Aspectos teóricos e metodológicos.....	1
Fundamentos, instrumentos e técnicas de pesquisa social.....	2
O planejamento como processo técnico-político: concepção, operacionalização e avaliação de planos, programas e projetos.....	2
A dimensão técnico-operativa do serviço social.....	4
Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas.....	11
Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva.....	12
Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social.....	17
Institucionalização do serviço social ao movimento de reconceitualização na América Latina, em particular no Brasil.....	22
Redimensionamento da profissão ante as transformações societárias.....	28
Condições e relações de trabalho, espaços sócio-ocupacionais, atribuições.....	31
O projeto ético-político do serviço social; construção e desafios.....	34
Legislação específica do serviço social (Lei nº 8.662/1993).....	35
Resolução do CRESS nº 273/1993 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Assistente Social).....	38
A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional...	39
Políticas sociais.....	41
Seguridade e previdência social.....	45
Seguridade social no Brasil: relação Estado/sociedade; contexto atual e neoliberalismo.....	53
Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993) e suas alterações.....	58
Política Nacional da Assistência Social - PNAS (2004).....	75
Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).....	76
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990).....	96
Lei da Pessoa com Deficiência (Lei nº 7.853/1989).....	162
Decreto nº 3.298/1999 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência).....	167
Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).....	180
Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social.....	182
Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar.....	190
Questão social e direitos de cidadania.....	198
Formas de expressão, enfrentamento e serviço social.....	202
Estado social de direito e welfare state.....	203
Política social.....	206

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Fundamentos, história e políticas.....	208
Concepções e modalidades de família.....	210
Programa federal de enfrentamento do assédio e da discriminação, decreto 12.122/2024; Políticas de prevenção e enfrentamento ao assédio e a discriminação ..	212
Convenção nº 190 da oit sobre violência e assédio, 2019.....	215
Política nacional de saúde mental.....	215
Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (sisnad).....	217
Saúde do trabalhador e a intervenção do serviço social; exames de saúde ocupacional.....	243
Sofrimento e doenças mentais relacionadas ao trabalho; readaptação funcional	251
Avaliação biopsicossocial.....	259
Questões	264
Gabarito.....	269

SUMÁRIO



Raciocínio Lógico

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

- **Sentenças Fechadas**

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



DIFERENÇA ENTRE ÉTICA E MORAL

A distinção entre ética e moral é um dos temas mais cobrados nas provas de Filosofia em concursos públicos. Apesar de os dois termos serem frequentemente usados como sinônimos no cotidiano, a Filosofia propõe uma separação conceitual importante entre eles.

Compreender essa diferença é fundamental para interpretar corretamente questões teóricas e aplicadas, como aquelas que envolvem dilemas éticos, condutas sociais e normas jurídicas.

► Origem e etimologia

A palavra moral vem do latim *mos, moris*, que significa “costume”, enquanto ética deriva do grego *ethos*, que também pode significar “costume” ou “modo de ser”. No entanto, ao longo da tradição filosófica, esses termos passaram a ter sentidos distintos.

- Moral refere-se ao conjunto de normas, regras e valores aceitos por um determinado grupo ou sociedade. É um saber prático cotidiano que rege comportamentos, atitudes e julgamentos sobre o que é certo ou errado, bom ou mau.
- Ética, por sua vez, é uma reflexão filosófica sobre esses valores e normas. Ela busca compreender, questionar e justificar o porquê de certas condutas serem aceitas ou rejeitadas.

► A moral como fato social

A moral é, portanto, histórica e culturalmente variável. O que é considerado moral em uma sociedade pode ser visto como imoral em outra, e vice-versa. Por exemplo, práticas como a poligamia, a pena de morte ou a eutanásia são avaliadas moralmente de maneiras distintas em diferentes países e épocas. Isso mostra que a moral se apoia em tradições, crenças religiosas, convenções sociais e hábitos culturais.

► A ética como disciplina filosófica

Já a ética busca elaborar critérios racionais e universais para avaliar ações humanas. Ela não aceita normas apenas por serem tradicionais, mas as submete à análise crítica. A ética pergunta: essa regra é justa? Ela promove o bem-estar coletivo? Ela respeita a dignidade humana? Com isso, a ética pode até mesmo propor mudanças na moral vigente, atuando como uma força de transformação social.

Exemplos práticos para fixação:

- Em uma empresa, pode ser moralmente aceitável um chefe favorecer parentes em promoções. Mas eticamente, isso é questionável, pois fere princípios como a imparcialidade e a meritocracia.
- Em determinadas sociedades, é moralmente esperado que a mulher seja submissa ao homem. A ética, no entanto, pode analisar essa norma como discriminatória e violadora da igualdade de direitos.

A ética e a moral são conceitos complementares, mas não idênticos. Enquanto a moral dita como as pessoas devem agir dentro de uma cultura ou sociedade, a ética busca compreender e criticar essas normas à luz da razão.

Saber essa diferença com clareza ajuda a interpretar não só questões de prova, mas também os desafios morais do cotidiano com maior consciência e profundidade.

AS PRINCIPAIS TEORIAS ÉTICAS AO LONGO DA HISTÓRIA

A ética, como ramo da Filosofia, desenvolveu-se a partir de grandes reflexões feitas por pensadores de diversas épocas, que buscaram responder à pergunta: como o ser humano deve agir? Essas reflexões originaram diferentes teorias éticas, cada uma com sua forma particular de interpretar o que é o bem, o certo, o justo ou o virtuoso.



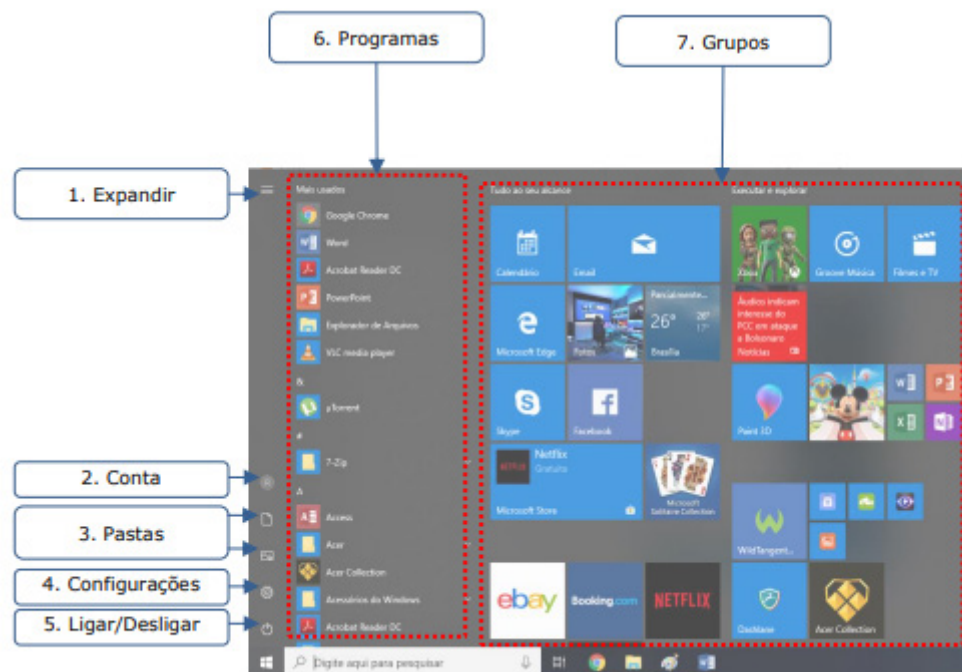
Noções de Informática

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.



Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontre distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos públicos

Os arts. 48, XI e 61, § 1º da CFB/1988 dispõem que a criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo a quem compete, de forma privada, e por meio de decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não ensejar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Desta forma, para que haja a criação e extinção de órgãos, existe a necessidade de lei, no entanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, denota-se que poderá ser utilizado ato normativo inferior à lei, que se trata do decreto. Caso o Poder Executivo Federal desejar criar um Ministério a mais, o presidente da República deverá



Conhecimentos Específicos

A **formulação de projetos** de intervenção profissional é um aspecto fundamental do trabalho do assistente social. Esse processo envolve a análise crítica da realidade social, identificação de necessidades e demandas dos sujeitos envolvidos, definição de objetivos e metas, escolha de estratégias de intervenção e avaliação dos resultados.

Para **formular** um **projeto de intervenção**, o assistente social precisa realizar uma análise crítica da realidade social em que atua, identificando as desigualdades, contradições e potencialidades existentes nesse contexto. A partir dessa análise, é possível identificar as necessidades e demandas dos sujeitos envolvidos, bem como os recursos e potencialidades existentes na comunidade.

Com base nessa análise, o assistente social deve definir objetivos e metas claras e precisas, que orientem todo o trabalho a ser desenvolvido. A escolha das estratégias de intervenção também é um aspecto crucial do processo de formulação do projeto, devendo ser adequadas às demandas e necessidades identificadas e levando em consideração os recursos disponíveis e as potencialidades presentes na comunidade.

Além disso, é fundamental que o projeto de intervenção seja avaliado continuamente, de forma a verificar se os objetivos e metas estabelecidos estão sendo alcançados e se as estratégias de intervenção estão sendo efetivas. Caso necessário, ajustes devem ser feitos no projeto, de forma a garantir sua eficácia e efetividade.

A **formulação de projetos** de intervenção profissional é uma etapa importante do trabalho do assistente social, envolvendo a análise crítica da realidade social, a identificação de necessidades e demandas dos sujeitos envolvidos, a definição de objetivos e metas claras e precisas, a escolha de estratégias de intervenção adequadas e a avaliação contínua dos resultados alcançados.

O processo deve ser baseado em uma análise crítica da realidade e as estratégias devem ser ajustadas, caso necessário, para garantir sua eficácia e efetividade.